

NOTAS SOBRE A QUESTÃO DAS TERRAS DOS ÍNDIOS TICUNA

Relatório encaminhado a Comissão de Assuntos Indígenas, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA

João Pacheco de Oliveira Filho (\*)

(\*) com a colaboração de Vera Maria Navarro Paoliello.

1 - As terras de posse imemorial e o direito dos Ticuna a elas.

Os Ticuna ocupam uma grande extensão territorial no estado do Amazonas, uma faixa de 400 km ao longo do rio Solimões, na área fronteira com o Peru e a Colômbia. Nessa área, os Ticuna se constituem em uma parte significativa da população ali existente, fornecendo uma reserva considerável de mão-de-obra e comercializando os seus excedentes agrícolas. Esse grupo étnico se compõe atualmente de 18 mil índios, quase todos falando uma língua própria e distribuídos em 37 grupos locais. Algumas dessas aldeias situadas à margem do rio Solimões abrigam até 1.500 pessoas.

Baseados nos relatos de cronistas e viajantes do rio Amazonas é possível afirmar que os Ticuna vivem nessa área desde a segunda metade do século XVII, época das primeiras atuações de missões religiosas (jesuítas espanhóis e depois carmelitas portugueses). Trata-se portanto de terras de posse imemorial dos índios, seus direitos, de acordo com o artigo 25 do Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 17 de dezembro de 1973), independentemente da existência ou não de demarcação administrativa pelo órgão tutor dos índios. Nesse artigo diz que a posse da terra habitada pelos índios deveria ser assegurada a eles pela FUNAI, atendendo à sua situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação.

A invasão do território Ticuna vem ocorrendo desde as décadas finais do século XIX, quando parte de suas terras foram transformadas em seringais, como aconteceu com as comunidades de Belém, São Jorge e Vendaval. Os grandes seringalistas e comerciantes conseguiram títulos de propriedade das terras à margem do Solimões ou títulos de aforamento das terras do interior dos igarapés. Para casos de títulos de propriedade ou qualquer tentativa de aquisição de domínio sobre as terras indígenas, o Estatuto do Índio, no artigo 62, declara nulos os efeitos jurídicos de atos que tenham por objeto o domínio, posse ou ocupação das terras habitadas pelas comunidades indígenas.

O que existe então são inúmeras provas do direito dos Ticuna à demarcação de suas terras. Há inclusive um reconhecimento por parte do Estado, de que o território ocupado por esse grupo se constitui num território indígena. Existem na área sete postos indígenas da FUNAI, que oferecem uma assistência relativa a população Ticuna. Mas a situação legal das terras não foi alterada, continuando a existir os títulos de propriedades sobre terras onde inclusive estão assentadas as sedes dos Postos Indígenas. Um exemplo disso é Vendaval, onde o Posto existe desde 1975, mas no entanto o seringalista, Benedito Mafra continua com um título de propriedade da área. É importante frisar a total inoperância da FUNAI para caracterizar Vendaval como uma área indígena. Já se passaram seis anos desde a criação do Posto e até agora ela nada fez para resolver a questão com esse seringalista e definir o direito dos índios sobre a área.

Os outros Postos foram instalados em Feijoal, Nova Itália, Betânia, Campo Alegre, Belém e Umariçu. Umariçu com 1.500 habitantes e Lauro Sodré com 80, são as duas únicas áreas para as quais a FUNAI tem planos de demarcação. Em Lauro Sodré estão ocorrendo atritos entre a FUNAI e os madeiros que possuem uma serraria próxima à área. Dessa forma, somente 10% dos Ticuna estão no plano da FUNAI para terem suas

terras demarcadas. O território tradicional, onde habita a maior parte da população, está fora da área de demarcação, sujeito à venda de títulos a particulares.

Existe na área uma consciência e uma expectativa, inclusive dos regionais de que aquela terra vai ser demarcada para os índios, devido à instalação de Postos da FUNAI, desde 1975. Mas a medida que o valor da terra aumenta naquela região e a FUNAI não se faz presente, procedendo a demarcação, os antigos "patrões" voltam a se interessar pela exploração econômica da área.

## 2 - A ocupação atual e seus problemas

A ocupação atual do Alto Solimões tem como base a cidade de Benjamin Constant, sede da micro-região do Alto Solimões no planejamento do Projeto Polo Amazonas. A infra-estrutura de serviços urbanos como transportes, água, luz, telefone, a expansão urbana através da construção de casas servem como sustentação dessa ocupação.

A área de Javari está, em grande parte, sob o controle de grandes companhias de madeira (CIANORTE, MADEREX Madeiras do Amazonas, MADEREIRA ITACONI, PRAMA, PRODS MADEIRA DA AMAZÔNIA) e seringa. Quem propicia a ocupação da área é o Estado através da SUDHEVEA, SUDEPE, EMATER e instituições bancárias. Os financiamentos são dados sem a exigência de apresentação de títulos de propriedade, bastando para obtê-los, apresentar avalistas que são as pessoas que controlam o comércio na área. Outros órgãos do Estado que facilitam essa ocupação são a PETROBRÁS, CPRM e Batalhões de engenharia do exército para a construção de estradas. O capital solicitado, geralmente é usado para especulação e nunca para o fim para o qual foi pedido.

A atividade das frentes ainda se concentra na área do Javari, mas está se iniciando também no Solimões, onde o problema maior é com a pesca e madeira. Existem duas serrarias em Amaturá e tentativas de extração de madeira em terras pertencentes às comunidades indígenas de Feijoal, Nova Itália, Tacana e Belém.

## 3 - A invasão dos grandes pescadores

Quanto à pesca, a questão é ainda mais urgente, pois a invasão dos grandes pescadores, vindos até de fora da região, inclusive de Manaus, pode levar ao extermínio de abastecimento aos índios, que têm no peixe a sua principal fonte de alimentação e também uma forma de obter recursos para trocar por produtos, dos quais necessitam para a sua sobrevivência.

Um dos pescadores locais pertence a família Muller, de comerciantes de Santa Rita, que pratica a pesca de piraíba no Paranã Ribeiro e tem um frigorífico no Marco. Outras áreas de invasão para a pesca são a do Tacana, São Leopoldo e Marajá. Nessas áreas, alguns lagos são explorados só pelos Ticuna e outros também por regionais, o que indica que a invasão dos pescadores prejudica toda a população mais carente da região.

Nessa situação é importante salientar a atuação de alguns funcionários da FUNAI no sentido de atender aos interesses das comunidades.

Em memorandos e relatórios enviados a ajudância de Atalaia do Norte pelo chefe do Posto de Vendaval, André Villas Boas, esses problemas aparecem muito claramen-

te. No memorando nº 6 de 23/06/1980, por exemplo, o Chefe do Posto solicita o encaminhamento de processo junto a SUDEPE para interditar a pesca em alguns lagos situados próximos ao Paran e lagos adjacentes: Maitê, Jacinto, Maitezinho; onde aparecem embarcaes pesqueiras procedentes principalmente de Manaus. O objetivo do memorando  evitar que seja extinto o abastecimento de peixes aos moradores de Vendaval, Campo Alegre, São Domingos I e II, Parana para, Paran do Amazonas, Santa Inês, cuja população já alcança a cifra aproximada dos 3.500 habitantes.

Em Belém, o atual chefe de Posto, João Silvério Dias, deu ao capitão de gua Limpa, no igarapé Tacana autorização para fechar a área de pesca são para índios, proibindo com isso a entrada de brancos.

#### 4 - A invasão dos fazendeiros e seringalistas

Segundo Pedro Incio, Capitão dos Ticuna de Vendaval, as invasões na área começaram há cerca de um ano com os fazendeiros Wilson Mafra e João Almeida, derrubando a floresta e colocando gado em terra dos ndios.

Wilson Ribeiro Mafra ou Mico, como é conhecido na região, está pretendendo ser proprietário de 6.000 hectares de terra no Cajari, em uma tradicional área indígena. Até agora ele só ocupava a área ribeirinha, muito embora pagasse os impostos sobre os 6.000 hectares, por ele pretendidos. Está tentando igualmente descaracterizar a área indígena, colocando inclusive brancos dentro dela. Em julho de 1974, um levantamento feito em terras habitadas pelos Ticuna, por uma equipe de pesquisa da Universidade de Brasília (vide "relatórios de viagem a aldeamentos Ticunas"), mostrava a existência somente da família de Wilson Mafra e mais seis casas de ndios. Em 1978, ele começou a levar brancos para trabalhar nos seringais e atualmente existem cerca de vinte casas de brancos, perto de seu barracão, os índios tendo sido obrigados a se retirar para dentro do lago.

Em Palmares, João Almeida tem uma propriedade menor, que já foi sede do seringal Belém. Atualmente, ele possui um financiamento bancário para seringa e gado, o que  contraditório com a prática agrícola dos ndios. Por sua natureza permanente e por implicarem na colocação de benfeitorias, tais atitudes dificultam uma posterior remoção dos invasores.

#### 5 - O movimento dos Capitães Ticuna: mobilização e resistência

Contra todas essas arbitrariedades está surgindo uma mobilização da população indígena exigindo a demarcação de suas terras. Em dezembro de 1980, aconteceu uma primeira reunião de capitães Ticuna em Vendaval, ocasião em que discutiram os problemas das comunidades, avaliaram a ação da FUNAI, concluindo que não houve cumprimento do que ela havia prometido há muito tempo; demarcação das terras Ticuna. Também discutiram o problema da invasão dos brancos que chegam para tirar madeira dos igarapés e esvaziam os lagos, a necessidade de falarem duas línguas (Ticuna e Português), pediram escola e pagamento pela FUNAI aos monitores de educação.

Em março de 1981 aconteceu outra reunião em Porto Cordeirinho, e nessa ocasião já houve intimidação dos líderes por parte do tenente Marcos Benn, então chefe do

Ajusol. Depois dessa, houve uma outra em Belém do Solimões, em junho de 1981 e a última foi realizada no mês de novembro de 1981, em Campo Alegre, contando com representantes de 33 comunidades Ticuna. Como resultado dessa reunião foi elaborado um jornal "Magúta" (autodenominação do povo Ticuna), contendo um mapa que define os limites do território de uso e ocupação indígena e uma descrição do que foi debatido e decidido na reunião.

A atitude tomada pela FUNAI no âmbito da AJUSOL é de combater por todos os meios possíveis essa iniciativa claramente salutar de os próprios Ticuna pensarem por si mesmos e coletivamente a melhor forma de sua inserção na sociedade brasileira. O antigo e o atual chefe da AJUSOL vem tentando isolar e intimidar os índios, ameaçando-os para que não participem desse processo. Um exemplo inteiramente nefasto de manipulação de lideranças pela FUNAI é a atuação que vem tendo o atual chefe do Posto Indígena Umariáçu, Paulo Stélio Fernandes da Silva. Tal qual fez o seu irmão Danilo, da triste memória em sua passagem pelos Ticuna, durante os anos de 1970-1973, esse funcionário se utiliza do movimento de Santa Cruz e das crenças religiosas daí decorrentes como um fator de aculturação e desintegração da tribo, acirrando o divisionismo e a luta faccional entre membros da mesma comunidade. Para evitar que os capitães de Umariáçu participassem da reunião das lideranças, o Sr. Paulo Stélio, por intermédio de índios assalariados pela FUNAI, difundiu na localidade uma onda de boatos, afirmando que a FUNAI iria proibir a reunião que iria "jogar para fora das comunidades" o capitão que participasse do encontro, ameaçando inclusive com a prisão dos líderes por parte do Exército.

Tal conduta não parece ser exclusiva do chefe do PI Umariáçu, havendo fatos também procedentes de outras localidades que sugerem tratar-se de instruções emanadas da chefia da AJUSOL. Os encarregados dos PI, de Feijoal e Nova Itália estão dirigindo as cantinas como um instrumento para aliciamento de líderes e de coerção econômica face a comunidade. O capitão Manuel Saldanha, de Nova Itália, foi advertido pelo chefe do PI para não participar da reunião e o próprio acesso ao barco da comunidade lhe foi vedado para essa finalidade, obrigando-o a fugir de sua própria área as escondidas e durante a noite. Fato semelhante ocorreu com o "capitão" batista de Feijoal.

Outra direção da atuação da AJUSOL é de tentar isolar a área, criando dificuldades a atuação de pesquisadores na área, coibindo a ação de organismos de igreja (como o CIMI) e de jornalistas. A finalidade parece ser de evitar que surjam testemunhas independentes e imparciais sobre como é conduzido a questão indígena na área. Isso atingiu o trabalho do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, virtualmente proibido de entrar na comunidade de Umariáçu e em outras, muito embora dispusesse de uma autorização regular da FUNAI para realizar pesquisa científica naquela área indígena, assinada no dia 02 de dezembro de 1980 e com vigência de um ano. Para realizar tal proibição - ilegal - o chefe da AJUSOL e do PI Umariáçu serviram-se do funcionário Paulo Cruz, índio Ticuna colocado como monitor escolhido a dedo para substituir oficialmente o Chefe do PI Umariáçu e tomar iniciativas arbitrárias, evitando aos seus superiores assumir a responsabilidade por uma interdição que viola participar do próprio Presidente da FUNAI.

## 6 - Conclusão

É da máxima urgência que a FUNAI promova a demarcação das terras dos Ticu-



na. A presença de 7 Postos Indígenas na área foi até pouco tempo atrás um fator importante para resguardar os direitos de acesso a terra por parte dos índios. Hoje, no entanto, com a valorização econômica da área, o aumento do preço da terra e a afluência de créditos bancários, os Ticunas correm riscos muito graves de verem as terras que habitam serem objeto de especulação fundiária e da invasão de seu território por brancos e empresas regionais (madeireiros, pescadores e proprietários rurais). É de vital importância, portanto, que a FUNAI promova de imediato a delimitação e a demarcação do território Ticuna, adiantando-se assim (e minimizando) os conflitos entre brancos e índios decorrentes do processo de demarcação.

A recepção amistosa dada pelo atual presidente da FUNAI, cel. Paulo Mbreira Leal, a comissão de líderes Ticuna que foi a Brasília solicitar a demarcação de suas terras, permitir manter expectativas de uma ação positiva da FUNAI em relação a essa questão. É importante ressaltar que isso contrasta frontalmente com o encaminhamento que o problema está tendo ao nível local, onde a AJUSOL parece haver definido como inimigos não os invasores das terras indígenas, mas os líderes Ticuna que pedem a demarcação da área, bem como quaisquer outros brancos (pesquisadores ou missionários) que possam atestar a sua omissão em questões que são de sua competência e sua intromissão em assuntos concernentes a vida da comunidade tribal.

Em termos concretos o cel. Paulo Leal manifestou-se favorável a demarcação imediata, afirmando que até o dia 15 de janeiro de 1981 iria até o Alto Solimões uma equipe de funcionários da FUNAI encarregado de proceder a delimitação da área indígena. É de esperar que esse prazo seja efetivamente cumprido, que os trabalhos dessa equipe sejam realizados de acordo com os interesses manifestados pelos próprios índios e respeitando a proposta por eles formuladas (vide mapa anexo). Deve ser lembrado ainda, que além da participação dos próprios índios, a FUNAI deveria ouvir pareceres técnicos sobre a área, consultando e beneficiando-se do conhecimento reunido pelos antropólogos que estudaram e estão estudando diferentes aspectos da existência do grupo étnico Ticuna.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1981.

João Pacheco de Oliveira Filho  
Professor-Assistente do Museu Nacional  
U.F.R.J.

LISTA DAS RESERVAS PROPOSTAS E DAS LOCALIDADES INCLUÍDAS DENTRO DE CADA RESERVA

a) Margem direita do rio Solimões:

Reserva nº 1: Bom Intento - (nº 5 no mapa)

Reserva nº 2: Bom Caminho - (nº 2) (Bom Jardim)

Porto Cordeirinho (nº 3) (Santo Antonio)

Reserva nº 3: Lauro Sodré (nº 79)

São João de Veneza (nº 8) (Veneza)

Reserva nº 4: São Leopoldo (nº 80)

Reserva nº 5: Feijoal (nº 16)

Reserva nº 6: Guariba (nº 30) (Paraná Ribeiro)

Guaribinha (nº 81)

Reserva nº 7: Supão (nº 82)

Reserva nº 8: Paranapara (nº 39)

Paranapara Amazonas (nº 83)

Camatiã (nº 75)

Reserva nº 9: Nova Itália (nº 55)

Reservas situadas à margem esquerda do rio Solimões.

Reserva 10: Umariáçu (nº 1)

Reserva 11: Piranha (nº 84)

Urigue (nº 11)

Vila Água Limpa (nº 19) (antigo Marupiara)

Nova Esperança (nº 85)

Belém (nº 20)

Palmares (nº 21)

Bananal (nº 22)

Vendaal (nº 26)

São Domingos I (nº 28)

São Domingos II (nº 28)

Santa Inês - (nº 86)

Campo Alegre - (nº 31)

Santa Terezinha (nº 87)

Santa Clara (nº 33)

Tupé (nº 35)

Vila Torres da Missão (nº 74) (Alto Jacurapá)

Puritê (nº 88)

Reserva 12: Betânia (nº 48)

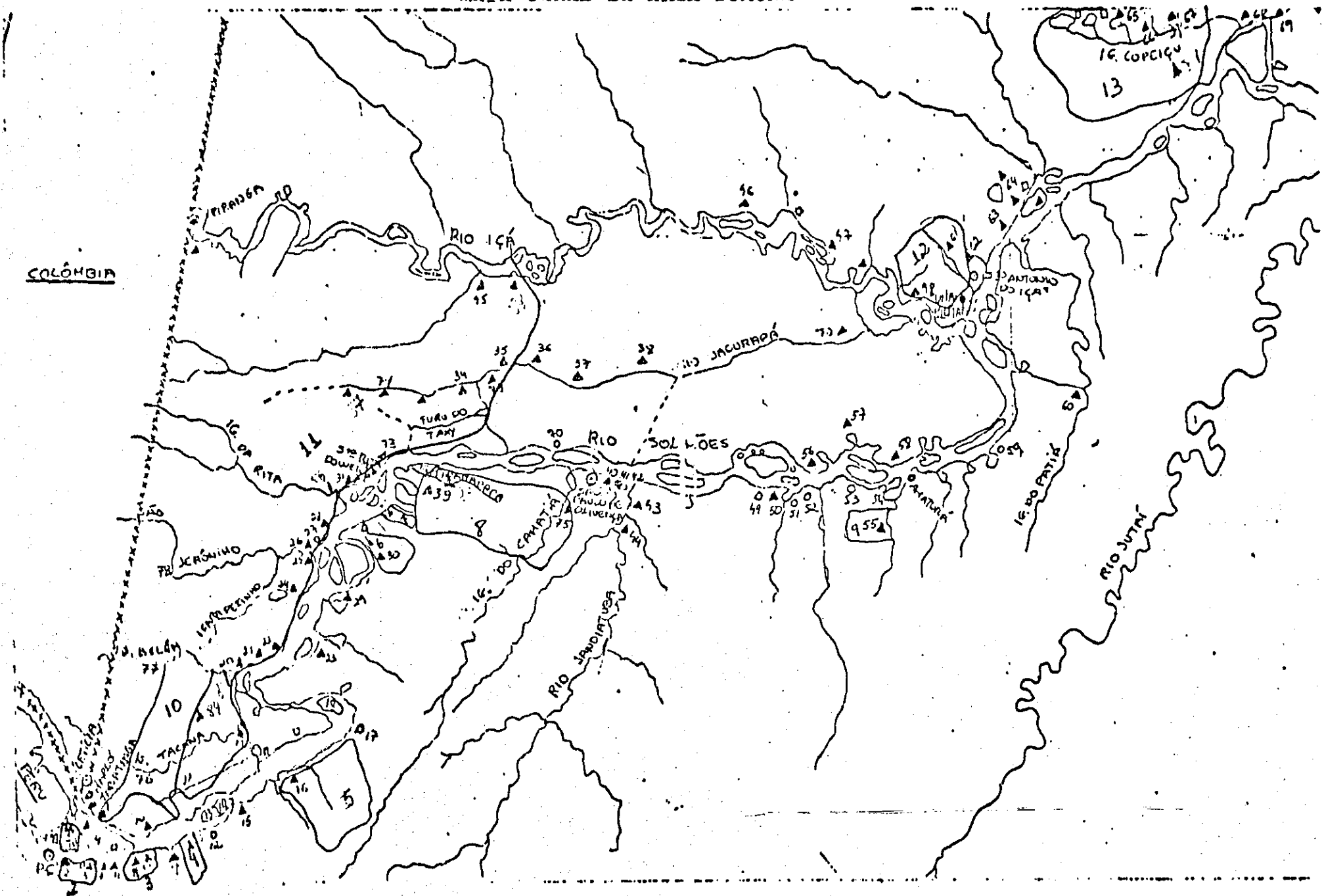
Lago Grande (nº 61)

Reserva 13: Lago Airuá (nº 65)

Três Mangueiras (nº 89)

### ANEXO 1

### MAPA GERAL DA AREA TUKUNA





LOCALIDADES RESENSEADAS:

- |                   |                               |
|-------------------|-------------------------------|
| 1 - Amarração     | 44- Mata Cachorro             |
| 2 - Bom Jardim    | 45- Boca do Perité            |
| 3 - Santo Antônio | 46- Vila Upiá                 |
| 13- Marajé        | 47- Cujauá                    |
| 16- Feijoad       | 48- Betânia                   |
| 19- Marupiara     | 50- Marirana                  |
| 20- Belém         | 53- Nova Itália (Voi-Uata-Im) |
| 21- Palmares      | 62- Igarapé Salvador          |
| 22- Bananal       | 63- Bom Jesus                 |
| 24- Cajari        | 64- Lago das Panelas          |
| 26- Vendaval      | 65- Lago Airuá                |
| 31- Campo Alegre  | 66- Igarapé Caruarí           |
| 33- acima de Tupé | 67- Sincantá                  |
| 34- Macário       | 68- Boca do Copeigu           |
| 35- Tupé          | 69- Porto Lago Grande         |
| 36- Cujaru        | 72- Bela Vista                |
| 37- Floresta      | 74- Alto Jacurapá             |
| 38- Junari        | *- Mari-Mori                  |
| 43- Confin        |                               |

LOCALIDADES NÃO RESENSEADAS:

- |                    |                                |
|--------------------|--------------------------------|
| 4 - Aramaça        | 32- Santa Rita                 |
| 5 - Com Intento -  | 33- Santa Clara                |
| 6 - Cleto          | 3 - Maranapara                 |
| 7 - Sabonete       | 40- Ajaratuba                  |
| 8 - Veneza         | 41- Pasté                      |
| 9 - Capacete       | 56- Botafogo                   |
| 10- Teresina       | 57- Manacari                   |
| 11- Urique         | 61- Lago Grande (Vila Militar) |
| 18- Tavarú         | 71- Granobara                  |
| 23- Assacão        | 75- Igarapé do Camatiá         |
| 25- Santa Bárbara  | 76- Alto Tacana                |
| 28- São Domingo    | 77- Alto Belém                 |
| 2 - Ajaratuba      | 79- Alto São Jerônimo          |
| 30- Maranã Tibeiro | *- Igarapé do Quevé            |

\* - Localidades não indicadas no mapa

- |                  |                                |
|------------------|--------------------------------|
| 12- Bom Pastor   | 52- Correnteza                 |
| 13- Arariá       | 53- Paranaíba do Pixe          |
| 14- Surubá       | 54- Paranaíba de São Cristóvão |
| 17- Tapi         | 58- Aleranha                   |
| 27- Santa Cruz   | 59- Nova Glória                |
| 42- São Luiz     | 60- Patipá                     |
| 49- Camisa Preta | 70- Espírito Santo             |
| 51- Miteroi      |                                |

CIDADES E VILAS:

Letícia

Marco

Tabatinga

Benjamin Constant (SC)

Santa Rita do Weil (SRB)

São Paulo de Olivença (SFD)

Amaturá

Santo Antônio do Açá (SAL)

Vila Militar

Tonantins